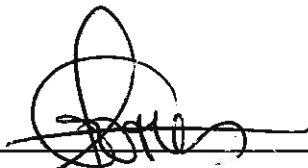


## CERTIFICO

- UM – Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme o original.
- DOIS – Que esta fotocópia foi extraída de um documento arquivado neste Cartório, sob o número doze a instruir escritura lavrada a folhas dezasseis do livro de notas para escrituras diversas número setenta e oito, deste Cartório.
- TRÊS – Que ocupa **quatro** páginas, que as folhas têm aposto o selo branco e estão todas numeradas e por mim rubricadas.
- QUATRO – Gratuito.

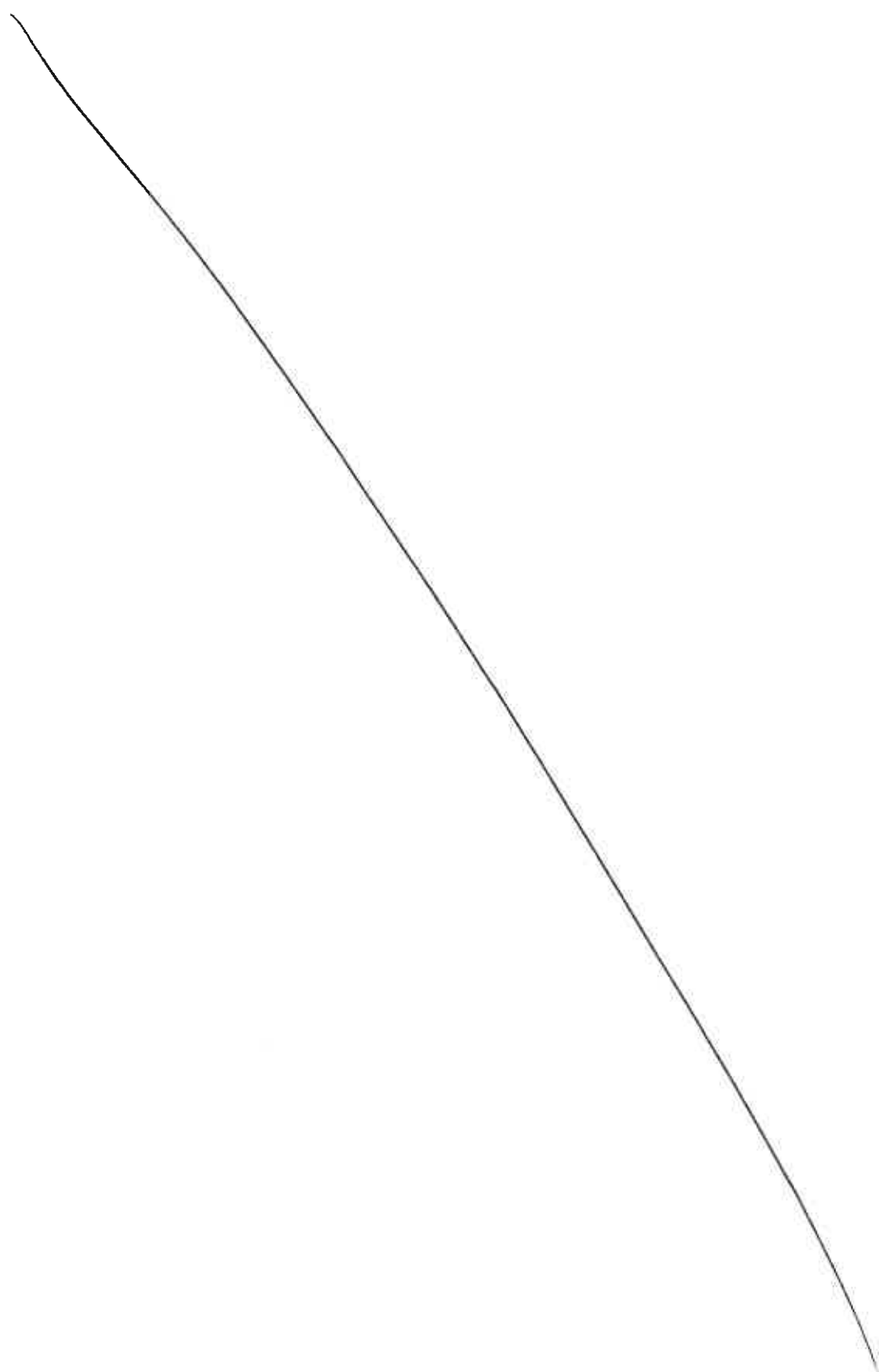
Lisboa, 04 de Maio de 2017

A Adjunta,



**Sandra Cristina Sousa Gomes dos Reis**

(colaboradora devidamente autorizada para a prática deste ato pela Notária Patrícia Rizzo Fernandes, conforme registo e autorização número 255/4 publicada no site da Ordem dos Notários em 18 de Fevereiro de 2013, nos termos do artigo 8.º do Decreto-lei 26/2004 de 04 de Fevereiro, conjugado com o disposto na Portaria 55/2011 de 28 de Janeiro)



LV. <u>28</u>	FLS. <u>16</u>
Doc. N.º <u>12</u>	FLS. <u>58/61</u>
<u>28/10/2016</u>	

2



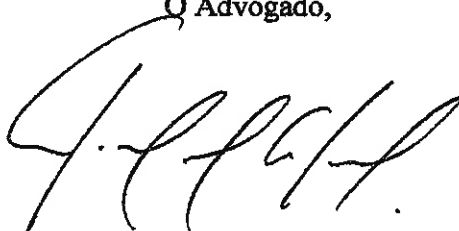
## TERMO DE CERTIFICAÇÃO DE FOTOCÓPIA

Certifico, ao abrigo do disposto no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, que a fotocópia anexa, composta por duas páginas, por mim rubricadas, está conforme o original que nesta data me foi exibido do CERTIFICADO DE LEGISLAÇÃO emitido pela Embaixada de Itália em Lisboa em 6 de Setembro de 2016.

Acto de certificação registado nesta data com o n.º 52733L/159 no "Registo Online dos Actos dos Advogados" da Ordem dos Advogados.

Lisboa, 28 de Outubro de 2016

O Advogado,



**FRANCISCO GERALDES SIMÕES**  
ADVOCADO  
R. Castilho 13 D - 7º A - 1250-086 Lisboa  
O.A. n.º 52733L - NIF 241 408 008



AMBASCIATA D'ITALIA  
LISBONA

### CERTIFICADO DE LEGISLAÇÃO

A Embaixada de Itália em Lisboa certifica que a Lei italiana em matéria de sucessão estabelece o seguinte:

#### **CÓDIGO CIVIL**

**Art. 457º: Vocação Sucessória.** A sucessão é deferida por lei ou por testamento.

Não há lugar à sucessão legítima a não ser quando falta, em tudo ou em parte, a testamentária.

As disposições testamentárias não podem prejudicar os direitos que a lei reserva aos legitimários.

**Art. 536º: Legitimários.** As pessoas a favor das quais a lei reserva uma quota da herança ou outros direitos na sucessão são os filhos, os ascendentes e o cônjuge.

Aos filhos são equiparados os filhos adotivos.

A favor dos descendentes dos filhos, os quais são chamados à sucessão no lugar destes, a lei reserva os mesmos direitos reservados para os filhos.

**Art. 538º: Reserva a favor dos ascendentes.** Se quem morre não deixa filhos, mas ascendentes, a favor destes destina-se um terço do património, sem prejuízo do disposto no art. 544.

Em caso de múltiplos ascendentes, a quota legítima é dividida entre eles de acordo com os critérios estabelecidos no art. 569.

**Art. 602º: Testamento hológrafo.** O testamento hológrafo deve ser inteiramente escrito, datado e assinado pelo punho do testador.

A assinatura deve ser colocada no fim das disposições. Se a assinatura não incluir o nome e o apelido é igualmente válida quando identifica sem ambiguidade o testador.

A data deve referir dia, mês e ano. A prova da não veracidade da data é admitida apenas quando se trata de julgar da capacidade do testador, da prioridade de datas entre mais do que um testamento ou de outra questão a decidir com base no momento da redação do testamento.

**Art. 606º: Nulidade do testamento por defeito de forma.** O testamento é nulo quando carece da redação pelo punho do testador ou da assinatura no caso de testamento hológrafo, ou carece de redação por escrito, pelo notário, das declarações do testador, ou da assinatura de um ou do outro, no caso de testamento notarial.

Para qualquer outro defeito de forma, o testamento pode ser anulado a pedido de quaisquer partes interessadas. A ação de anulação prescreve no prazo de cinco anos a contar da data de execução das disposições testamentárias.

**Art. 625º: Indicação errónea do herdeiro ou do legatário ou do bem objeto da disposição.** Se o herdeiro ou o legatário foram incorretamente indicados, a disposição produz efeitos,

92 ✓

quando do contexto do testamento ou de outra forma resulte de modo inequívoco qual é a pessoa que o testador queria nomear.

A disposição produz efeitos quando o bem objeto da disposição tenha sido incorretamente indicado ou descrito, mas é inequívoco o bem ao qual o testador pretendia referir-se.

**Art. 703º: Funções do testamenteiro .** O testamenteiro deve assegurar que sejam rigorosamente executadas as disposições da última vontade do falecido.

Para este efeito, salvo indicação em contrário do testador, o testamenteiro deve administrar a herança, tomando posse dos bens que constituem parte integrante da mesma.

A posse dos referidos bens não poderá ultrapassar um ano a contar da declaração de aceitação, salvo se a autoridade judiciária, em caso de evidente necessidade, ouvidos os herdeiros, prolongue a duração, que nunca poderá ser superior a mais um ano.

O testamenteiro deve realizar uma gestão prudente e praticar todos os atos de gestão necessários. Quando for necessário alienar os bens da herança, deverá pedir autorização ao tribunal, o qual irá pronunciar-se após ter ouvido os herdeiros.

Qualquer ato do testamenteiro não prejudica o direito da parte chamada a renunciar à herança ou a aceitá-la a benefício de inventário.

**Art. 707º: Entrega dos bens aos herdeiros.** O testamenteiro deve entregar aos herdeiros que o peçam os bens da herança que não sejam necessários para o exercício das suas funções.

O testamenteiro não pode recusar-se a efetuar essa entrega por causa de obrigações que deva satisfazer de acordo com a vontade do testador, ou de legados condicionais ou a prazo, se o herdeiro provar já ter satisfeito, ou apresentar uma garantia idónea de que irá satisfazer, as obrigações e os legados ou que se irá responsabilizar pelos custos.

Lisboa, 6 SET. 2016

AMBASCIATA D'ITALIA  
LISBONA  
15/09/2016 Num. registro: 42086  
SOCIETA GALHARDO VILAO TORRES  
Art. T.C.: 65  
Euro: 66,000  
Valuta: 66,000  
Arrot.: 66,000



Il Cancelliere Amministrativo  
Serenella CIANFARANI

*Serenella Cianfarani*



## ORDEM DOS ADVOGADOS

### REGISTO ONLINE DOS ACTOS DOS ADVOGADOS

Artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29-03

Portaria n.º657-B/2006, de 29-06

**Dr.(a) Francisco Geraldes Simões**

**CÉDULA PROFISSIONAL: 52733L**

**IDENTIFICAÇÃO DA NATUREZA E ESPÉCIE DO ACTO**

Certificação de fotocópias

**IDENTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS**

Carla Ferro

Cartão de Cidadão n.º. AN6508780

**EXECUTADO A: 2016-10-28 12:07**

**REGISTADO A: 2016-10-28 12:08**

**COM O N.º: 52733L/159**

Poderá consultar este registo em <http://oa.pt/atos>  
usando o código 24886553-918364